

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025**

### **CONCORRÊNCIA Nº 07/2025**

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 104/2025, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, objetivando a concessão de termo de permissão de uso do serviço de transporte individual de passageiros, serviço de táxi no município de Bom Jardim de Minas, conforme informações constantes deste edital.

A CONCORRÊNCIA TERÁ O CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MELHOR TÉCNICA.**

O procedimento licitatório será regido integralmente pela Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.987/95, Lei nº 12.468/11, Lei Municipal 1.436/15, Decreto Municipal nº 500/2015, e suas alterações posteriores, e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital.

Este edital será encontrado no sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.bomjardimdeminas.mg.gov.br/arquivos/editais-2025/>), além de ser disponibilizado pela Prefeitura Municipal a qualquer interessado, na sala de Licitações, situada na Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro – Bom Jardim de Minas/MG.

### **APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO**

**Dia 26/01/2026, às 10:00 horas.**

**LOCAL:** A sessão de processamento da concorrência será realizada na sala de licitações, localizada na Prefeitura Municipal, estabelecida na Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro – Bom Jardim de Minas/MG e será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação.

**CONSULTAS AO EDITAL:** O Edital encontra-se à disposição, na Sala das Licitações, nos horários de 08:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 17:00 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição, assim como no sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.bomjardimdeminas.mg.gov.br/arquivos/editais-2025/>).

**ESCLARECIMENTOS:** Junto a Comissão Permanente de Licitação, no endereço acima citado, no horário de 08:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 17:00 horas para:

- a) Em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal na interpretação deste Edital, a proponente poderá encaminhar consultas formalmente a Comissão Permanente de Licitação até **03 (três) dias úteis antes** da data de entrega dos documentos.
- b) Pedidos de informações poderão ser solicitados em **até 03 (três) dias úteis antes** da realização da sessão pública do certame.
- c) **Os pedidos de esclarecimentos deverão ser feitos por escrito, direcionados a Comissão Permanente de Licitação e protocolados no setor de licitações da Prefeitura, não sendo admitidos por e-mail ou qualquer outro meio eletrônico.**

## CLÁUSULA PRIMEIRA

### OBJETO

1.1 Outorga de permissão para exploração de 11 (onze) pontos de serviços de transporte individual de passageiros, serviços de táxi no Município de Bom Jardim de Minas.

1.2 Os 11 (onze) pontos de serviços disponíveis estão divididos em três lotes:

LOTE	LOCAL	VAGAS
01	RODOVIÁRIA MUNICIPAL	04
02	CENTRO	05
03	DISTRITO DO TABOÃO	02

1.3 A exploração, objeto da Permissão é outorgada ao vencedor da licitação pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, improrrogável.

1.4 O prazo da Permissão iniciará a partir da assinatura do termo respectivo.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação pessoas físicas (motorista profissional autônomo), que desejem prestar por outorga de permissão o serviço público de

transporte individual de passageiros (táxi), residentes no Município de Bom Jardim de Minas.

**2.2** - Será vedada a participação de proponentes:

**2.2.1** – Pessoa jurídica.

**2.2.2** – Em consórcio, para o atendimento ao objeto deste edital;

**2.2.3** – Em insolvência.

**2.2.4** – Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração do Município de Bom Jardim de Minas, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

**2.2.5** – Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

**2.2.6** – Proponente que seja servidor efetivo da Administração Pública Municipal;

**2.2.7**- Proponente que exerça atividade que impeça o exercício pleno do serviço objeto deste edital.

**2.2.8** – Proponente que detenha permissão de serviço de táxi em outro Município;

**2.3** – Cada licitante poderá apresentar proposta para os três blocos, porém, é classificado e adjudicado em apenas um único bloco, sendo desclassificado dos demais.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O credenciamento será realizado para todos os interessados que se fizerem presentes impreterivelmente no horário designado para abertura da sessão, não sendo, portanto, permitido o credenciamento e recebimento de envelopes, por qualquer participante, após esse horário.

**3.2** – O licitante, depois de protocolado os envelopes deverá entregar à Comissão Permanente de Licitação, no início da sessão, cópia do seu documento de identidade autenticado para credenciamento.

3.2.1- Quando o licitante estiver representado por procurador o mesmo deverá apresentar e entregar à Comissão Permanente de Licitação, procuração particular com poderes para assinar, receber documentos, desistir de prazo recursal e resolver quaisquer assuntos de interesse do licitante junto à Comissão, juntamente com cópia de documento de identidade autenticada.

3.3- Somente será admitida a participação de um único representante do licitante nas sessões desta licitação. As demais pessoas presentes, exceto os membros da Comissão e os técnicos eventualmente convidados por essa, não poderão se pronunciar.

3.4- Um procurador somente poderá representar um licitante.

3.5- Caso seja substituído o Procurador durante o procedimento licitatório, o novo Procurador deverá se apresentar portando a respectiva procuração.

3.6- Somente será permitida a manifestação do licitante durante os trabalhos da Comissão por intermédio de seu representante credenciado.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

#### **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** - As propostas e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**4.1.1** – Primeiro envelope (ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA):

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS/MG**

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025**

**CONCORRÊNCIA Nº 07/2025**

**NOME DO PROPONENTE:**

**CPF DO PROPONENTE:**

**4.1.2 – Segundo envelope (ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO):**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS/MG**

**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2025**

**NOME DO PROPONENTE:**

**CPF DO PROPONENTE:**

**4.2 –** Os envelopes deverão ser apresentados no ato do credenciamento quando a licitante desejar se fazer presente na sessão.

**4.3 –** Não será conhecida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta técnica.

**4.4 -** Não serão recebidas propostas ou documentação enviadas via fax ou e-mail.

**4.5 –** Após a entrega dos respectivos Envelopes, não será permitida a inclusão de novos documentos ou retificação da Proposta Técnica.

**4.6-** Se no dia previsto para apresentação da documentação e sua abertura não houver expediente na Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, obedecendo ao horário definido na Cláusula Primeira deste edital.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** – Os licitantes deverão apresentar proposta técnica devidamente preenchida conforme modelo constante no Anexo III deste edital, e as respectivas comprovações das informações da proposta técnica, conforme exigidos no item 8 e seus subitens;

**5.2-** Todas as despesas para a administração e operação da Permissão serão de responsabilidade do Permissionário, inclusive as relacionadas com:

- a) Encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros decorrentes da execução dos serviços;
- b) Tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou quaisquer infrações;
- c) Garantias e seguros em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos de natureza e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Permitente e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução do serviço;

**5.3** – Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope nº 1, não sendo admitido o recebimento pela Comissão, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Comissão.

**5.4-** A pontuação aferida pela apresentação das propostas técnicas será distribuída conforme explicitado no item 8 deste Edital.

**5.5-** Os pontos obtidos nas propostas técnicas têm caráter exclusivamente classificatório, não eliminando o proponente.

**5.6-** Os proponentes serão chamados em rodem decrescente de pontuação técnica.

**5.6** - A Proposta técnica deverá ser apresentada datilografada ou impressa, em papel timbrado Modelo Padrão constante do Anexo III deste Edital, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras e entrelinhas, devidamente datada e assinada, sob pena de desclassificação.

**5.7** - Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**5.8** - A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**6.1** – Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

**6.1.1** - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir da data de emissão.

**6.2** – Os documentos a serem apresentados são:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda – CPF;
- c) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação definitiva que permita o motorista dirigir na categoria mínima B;

- d) Comprovação de inscrição do proponente como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social;
- e) Certidão negativa expedida pelo cartório distribuidor dos feitos criminais das comarcas em que o interessado tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, conforme art. 329 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
- f) Declaração de inexistência de incompatibilidade profissional do licitante à condição de permissionário, conforme Anexo II deste edital;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio do licitante;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio do licitante e do Município de Bom Jardim de Minas;
- j) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011;
- k) Comprovante fornecido pelo DETRAN, de não ter cometido, nos últimos 12 (doze) meses, infração que totalize, no máximo 21 (vinte e um) pontos;
- l) Laudo ou atestado médico que comprove estar o proponente em condições físicas, mentais e emocionais, para o exercício da atividade de taxista, emitido, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data de recebimento dos respectivos envelopes;
- m) Cópia do comprovante de residência do mês anterior a realização do certame ou do mês atual;
- n) Cópia do certificado específico de tempo de exercício da profissão de taxista emitido pelo Município de Bom Jardim de Minas;

**6.3 –** Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. Se a validade não constar de algum documento, será considerado válido por um período de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão;

**6.4-** As declarações emitidas pelos licitantes deverão ser datadas e assinadas devidamente qualificada(s) com nome, RG e CPF.

**6.5** – Somente serão aceitos, para efeitos de habilitação, os documentos acondicionados no envelope nº2, não sendo admitido posteriormente, o recebimento pela Comissão Permanente de Licitação de qualquer outro documento.

**6.6** - A documentação, na fase pertinente, será examinada pela Comissão Permanente de Licitação e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**6.7** - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CPF e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**6.8-** O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do permissionário;

## **6.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

a) Todos os documentos deverão se encontrar vigentes;

b) Os documentos para habilitação, cuja autenticidade não possa ser verificada via internet, deverão ser entregues em cópias devidamente autenticadas preferencialmente por cartório de notas ou atestada por advogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou ainda autenticadas por servidor público municipal.

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### **DA ABERTURA DA SESSÃO E DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** – No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento da presente concorrência, iniciando-se com o credenciamento dos interessados presentes no horário designado, nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA deste Edital.

**7.2** - Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão a Comissão Permanente de Licitação os envelopes conforme estabelecido na CLÁUSULA QUARTA;

**7.2.1-** Não será recebido qualquer envelope após o horário designado para início da sessão, bem como não será realizado credenciamento de interessados que cheguem após esse horário.

**7.3-** Durante os trabalhos só será permitida a manifestação do próprio licitante ou de seus representantes legais credenciados.

**7.4 -** A Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura primeiramente dos Envelopes que contêm os documentos de habilitação, os quais serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes.

**7.5 -** A Comissão Permanente de licitação examinará a documentação apresentada, decidirá sobre a habilitação ou inabilitação dos licitantes, e dará ciência aos presentes da decisão e de sua motivação na própria sessão, informando o prazo para a interposição de recursos.

**7.6 -** É facultado à Comissão Permanente de Licitação diante do grande volume de documentos de habilitação a serem analisados e julgados, suspender a sessão.

**7.7-** Além da publicação oficial, a data, horário e demais informações pertinentes para a continuidade dos trabalhos com a abertura dos envelopes de proposta técnica, será publicada no site do Município, e encaminhando e-mail para todos os participantes.

**7.8-** O conteúdo do envelope aberto será juntado aos autos do Processo Administrativo correspondente, sendo que o envelope nº 1 será devidamente rubricado pela Comissão Permanente de Licitação, permanecendo sob custódia da Comissão até a abertura em outro ato público.

**7.9-** Serão inabilitados os participantes que não atenderem às condições previstas na Cláusula Sexta e subítes deste Edital, e aqueles que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas ou cancelamentos, emendas, ressalvas ou omissões, que a critério da Comissão, comprometam seu conteúdo.

**7.10-** A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade dos documentos de habilitação, a juízo da Comissão Permanente de Licitação, não implicará na inabilitação do licitante.

**7.11-** Ocorrendo desistência expressa de recursos por todos os representantes legais ou credenciados, a Comissão Permanente de Licitação seguirá com a abertura do envelope nº1 dos participantes habilitados.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **DA ABERTURA ENVELOPE PROPOSTA TÉCNICA**

**8.1** – Abertos os envelopes nº1, os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de licitação e pelos licitantes presentes.

**8.2** - A Comissão Permanente de Licitação examinará, na própria sessão ou em sessão reservada, a documentação apresentada, atribuindo a pontuação respectiva, decidirá sobre a classificação ou desclassificação das propostas técnicas e dará ciência aos interessados da decisão e de sua motivação na própria sessão ou após realização de sessão reservada, através da afixação no quadro de avisos da Prefeitura, informando o prazo para a interposição de recursos.

**8.3** – É facultado à Comissão Permanente de Licitação diante do grande volume de documentos de habilitação a serem analisados e julgados, suspender a sessão.

**8.4** - Além da publicação oficial, a data, horário e demais informações pertinentes para a continuidade dos trabalhos com a abertura dos envelopes de proposta técnica, será publicada no site do Município, e encaminhando e-mail para todos os participantes.

**8.5** – No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração o tipo de licitação que é melhor técnica.

**8.6-** Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem às exigências deste Edital.

**8.7-** Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para julgamento das propostas definido pela Lei Municipal nº 1.436/2015 e Decreto Municipal 500/2015:

#### **8.8. – Ano de Fabricação do Veículo**

ITEM	ANO DE FABRICAÇÃO	PONTOS
------	-------------------	--------

A	VEÍCULO ANO 2025	30
B	ANTERIOR EM ATÉ 01 (UM) ANO DA DATA DO EDITAL DO CERTAME LICITATÓRIO	28
C	ANTERIOR EM ATÉ 03 (TRÊS) ANOS DA DATA DO EDITAL DO CERTAME LICITATÓRIO	15
D	ANTERIOR EM ATÉ 05 (CINCO) ANOS DA DATA DO EDITAL DO CERTAME LICITATÓRIO	10
E	VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, CUJO ANO DO MODELO FOR SUPERIOR A 5 (CINCO) ANOS, NA DATA DO CERTAME LICITATÓRIO	5

**8.8.1** – O ano do veículo deverá ser comprovado mediante cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo.

**8.8.2** - Em relação ao item E para a sua comprovação faz-se necessário apresentação de laudo de vistoria especial, expedido por órgão especializado e credenciado pelo DETRAN.

#### **8.9 - Equipamentos de conforto e segurança:**

ITEM	EQUIPAMENTOS DE CONFORTO E SEGURANÇA	PONTOS
A	VEÍCULO COM AR CONDICIONADO	2
B	VEÍCULO COM FREIOS COM SISTEMA ABS	2
C	VEÍCULO COM AIRBAG DUPLO (PASSAGEIRO E MOTORISTA)	2
D	VEÍCULO COM BANCOS DE COURO	2
E	VEÍCULO COM PORTA-MALAS DE NO MÍNIMO 500 LITROS	2

**8.9.1** - Para comprovação dos itens de conforto e segurança, deverá ser apresentada cópia do manual/especificações técnicas do veículo ou outro documento idôneo, devendo os itens pontuados serem conferidos pela Secretaria de Transportes do Município.

#### **8.10- Tempo de habilitação da licitante em uma das categorias B, C, D ou E:**

ITEM	TEMPO DE HABILITAÇÃO	PONTOS
A	12 A 48 MESES	3
B	49 A 100 MESES	5
C	101 A 150 MESES	10
D	151 A 240 MESES	15
E	241 OU MAIS MESES	30

**8.10.1** - A comprovação do tempo de habilitação será efetuada por meio de Carteira Nacional de Habilitação, emitida há no mínimo de 12 (doze) meses, contados da data limite para entrega das propostas, que permita o motorista dirigir na categoria mínima B, C, D ou E.

**8.10.2** - O tempo de habilitação será contado até a data limite para entrega das propostas.

**8.11- Tempo efetivo no exercício da atividade de taxista em Bom Jardim de Minas:**

ITEM	TEMPO DE TAXISTA EM BOM JARDIM	PONTOS
A	12 A 24 MESES	1
B	25 A 60 MESES	2
C	61 A 100 MESES	3
D	101 A 150 MESES	5
E	151 OU MAIS MESES	10

**8.11.1** - Deverá ser comprovado mediante apresentação de documentos comprobatórios do tempo efetivo na atividade de taxista emitida pelo Município de Bom Jardim de Minas.

**8.12 – Cursos realizados:**

ITEM	CURSOS	PONTOS
A	CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS	2,5
B	CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA	2,5
C	PRIMEIROS SOCORROS	2,5
D	MECÂNICA E ELÉTRICA BÁSICA	2,5

**8.12.1-** Deverá ser comprovado mediante apresentação do(s) certificado(s) de participação nos cursos respectivos;

**8.13-** A Comissão determinará o índice técnico, de cada licitante habilitado mediante o somatório de sua pontuação técnica referente à respectivo ponto de serviço.

**8.14** – Para determinação da Pontuação Técnica, considerar-se-ão os fatores: Ano de Fabricação (F1), Equipamentos de conforto e segurança (F2), Tempo de habilitação (F3), Tempo Efetivo no exercício da Atividade de taxista (F4), Cursos realizados (F5), constantes, conforme o caso, nos documentos de habilitação, na proposta técnica e/ou em documentos integrantes, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO TÉCNICA} = F1 + F2 + F3 + F4 + F5$$

**8.15-** Para o Fator ano de fabricação (F1), receberá pontuação a licitante que apresentar documentos comprobatórios do ano de fabricação do veículo, conforme subitem 8.8, sendo 30 (trinta) pontos à máxima pontuação atribuída a este fator;

**8.16-** Para o Fator Equipamentos de Conforto e Segurança (F2), receberá pontuação a licitante que apresentar documentos comprobatórios dos itens de conforto e segurança constantes no veículo, conforme subitem 8.9, sendo 10 (dez) pontos à máxima pontuação atribuída a este fator;

**8.17-** Para o Fator Tempo de Habilitação (F3), receberá pontuação a licitante que apresentar documentos comprobatórios do tempo de habilitação como condutor de automóvel, conforme subitem 8.10, sendo 30 (trinta) pontos à máxima pontuação atribuída a este fator;

**8.18-** Para o Fator tempo efetivo no exercício da atividade de taxista no Município de Bom Jardim de Minas (F4), receberá pontuação a licitante que apresentar documentos comprobatórios do tempo efetivo na atividade de taxista emitida pelo Município de Bom Jardim de Minas, conforme subitem 8.11, sendo 10 (dez) pontos à máxima pontuação atribuída a este fator;

**8.19 -** Para o Fator Cursos (F5), receberá pontuação a licitante que apresentar os certificados de Cursos de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, conforme subitem 8.12, sendo 10 (dez) pontos à máxima pontuação atribuída a este fator;

**8.20 –** A pontuação máxima da proposta técnica é de 90 pontos por licitante.

**8.21-** A pontuação técnica será usada como critério de classificação final, em ordem decrescente.

**8.22 –** Na hipótese de empate entre a pontuação técnica dos licitantes, será declarado vencedor aquele que comprovar o maior tempo de habilitação como motorista;

**8.23-** Permanecendo ainda o empate, será escolhido o candidato que comprovar o maior tempo de residência no Município.

**8.24-** As propostas classificadas serão dispostas na ordem decrescente de pontuação, sendo que o maior número de pontos corresponda ao 1º (primeiro) classificado e assim sucessivamente.

**8.25-** Serão desclassificadas as propostas que:

**8.26-** Estiverem formuladas em desacordo com os critérios estabelecidos no item 6 e seus subitens;

**8.27-** Apresentadas em desacordo com a legislação vigente, bem como as que contenham borrões, rasuras, ressalvas ou omissões que, a critério da Comissão comprometam seu conteúdo.

**8.28-** A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade das propostas, a juízo da Comissão Permanente de Licitação, não implicará na desclassificação da licitante.

**8.29-** É facultado à Comissão Permanente de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam ter sido apresentados pelos licitantes.

**8.30 –** Classificação das propostas:

**8.30.1 –** A classificação das propostas será efetuada em função da maior nota final obtida para cada vaga.

**8.30.2 –** Decididos os recursos, ou transcorrido o prazo sem sua interposição, ou renunciado o direito de recurso, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo administrativo à autoridade competente, para homologar o procedimento licitatório e adjudicar o seu objeto aos licitantes classificados em ordem decrescente, com a oportuna convocação para subscrever o termo de Permissão.

## **CLÁUSULA NONA**

### **DA ESCOLHA DOS PONTOS DE SERVIÇOS**

**9.1 –** Após ultrapassado o prazo recursal, será realizada uma sessão pública para escolha dos Pontos de Serviço, caso algum interessado tenha ofertado propostas para mais de um bloco, de acordo com o art. 3º parágrafo único da Lei Municipal nº 1.436/2015.

**9.2** – A data, horário e demais informações pertinentes para realização da sessão pública para escolha dos pontos de serviços será publicada no mural do Município e encaminhado e-mail para todos.

**9.3** – Em data, horário e local agendado, os licitantes melhores classificados para os pontos de serviço disponíveis, deverão comparecer identificando-se através de documento com foto (RG ou CNH), e em ordem de classificação decrescente serão convocados a realizar a escolha do ponto de serviço.

**9.4** – Caso o licitante seja chamado pela Comissão Permanente de Licitação para se manifestar e este não estiver presente, perderá o direito de escolha do ponto de serviço, sendo ao final realizado sorteio pela Comissão dos pontos de serviço entre os licitantes que deixaram de comparecer à sessão.

**9.5** – Será registrada em Ata a escolha de todos os classificados, sendo que ao final da sessão todos os licitantes presentes devem assiná-la.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**10.1** – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2** - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da apresentação da intenção de recurso cujo termo inicial será contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3** - Os recursos deverão ser encaminhados a Comissão Permanente de Licitação.

**10.4** - O recurso será dirigido a Comissão Permanente de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.5** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.6** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.7** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.8** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.9** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**10.10** - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, ou ainda após do julgamento dos mesmos, a Comissão Permanente de Licitação opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**10.10.1** - A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

**10.11** - Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o termo de permissão, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

**10.12** - A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao

presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**10.13** - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o termo de permissão, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

##### **DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** – O adjudicatário será convocado para no prazo de até 30 (trinta) dias da data do recebimento da convocação, firmar o termo de permissão nos termos da minuta constante do Anexo I.

**11.2** - Caso o adjudicatário não compareça ou se recuse a assinar o termo de permissão, será convocado o próximo proponente, observada a ordem de classificação sendo a ele destinado o respectivo ponto serviço do licitante desistente.

**11.3** – O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do adjudicatário farão parte integrante do Termo de permissão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

##### **DA VISTORIA DOS VEÍCULOS**

**12.1** – Os licitantes classificados deverão, no prazo de 30 (trinta) dias da data da assinatura do termo de permissão, apresentar à Secretaria de Transporte do Município, os veículos para prestação dos serviços de táxi, oportunidade que serão observadas as condições declaradas na proposta técnica, além da Certidão de “Nada Costa” expedida pelo DETRAN-MG e laudo de vistoria do veículo, realizada por órgão especializado e credenciado pelo DETRAN.

**12.2**- Serão ainda observados:

I – Identificação dos veículos, bem como sua documentação, placas e apresentação do pagamento das taxas;

II – Equipamentos obrigatórios;

III – Pneus e rodas em bom estado;

**12.3** - Não serão aceitos veículos com quaisquer características diferentes daquelas apresentadas na proposta técnica.

**12.4** – Somente depois da emissão do Laudo de Vistoria do Veículo, realizado pela polícia civil ou outro órgão competente, será concedido ao permissionário Licença para trafegar.

**12.5** – A recusa injustificada do licitante pelos motivos mencionados acima, será convocado o próximo licitante por ordem decrescente de pontuação, até o preenchimento total dos pontos de serviço do respectivo lote.

**12.6** – No caso da revogação da Permissão pelos motivos mencionados acima, será convocado o próximo licitante por ordem decrescente de pontuação até o preenchimento total dos pontos de serviço do respectivo lote.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO**

**13.1** – A licitante, a quem for adjudicado o objeto da concorrência, firmará Termo de Permissão de que constarão as seguintes obrigações:

**13.1.1**- Usar de maior correção e urbanidade para com os passageiros;

**13.1.2** - Obedecer ao sinal de parada, feito por pessoas que desejam utilizar o veículo;

**13.1.3** - Seguir o itinerário mais curto, salvo por determinação expressa do passageiro ou da autoridade de trânsito;

**13.1.4** - Indagar o destino do passageiro no interior do veículo, somente depois do mesmo estar acomodado, exceto em se tratando de serviço noturno, compreendido entre 22 horas de um dia e 6 horas do dia imediato;

**13.1.5** - Manter o veículo limpo e asseado;

**13.1.6** - Atender e respeitar as determinações das normas vigentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** – O presente edital e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

**14.2** – Para os casos omissos no presente edital, prevalecerão os termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal 1.436/2015 e demais legislações em vigor.

**14.3** – Todas as publicações como alterações ou prorrogações do edital, resumo de atas de julgamento, serão publicadas na forma da lei.

**14.4** – Fica o proponente ciente que de a simples apresentação da documentação e proposta implicará na aceitação das condições estabelecidas neste edital.

**14.5** – É facultado à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**14.6** – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.

**14.7** – Não será admitida a transferência, a qualquer título, da permissão e/ou do ponto de serviço.

**14.8** – A Secretaria de Administração poderá revogar o presente edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado,

pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**14.9** – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito da Comissão Permanente de Licitação, devidamente fundamentado.

**14.10** – A nulidade do processo licitatório induz à do termo de permissão.

**14.11** – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

**14.12** – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**14.13** – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

**14.14** – É facultado a Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

**14.15** – Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por escrito a Comissão Permanente de Licitação, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG.

**14.16** - A Contratada deverá manter-se regular, com todos os documentos necessários à sua habilitação, durante toda a vigência contratual.

**14.17** – Integram o presente Edital:

Anexo I – Minuta do Termo de Permissão;

Anexo II – Declaração de inexistência de incompatibilidade profissional do licitante à condição de permissionário;

Anexo III – Modelo de Proposta Técnica;

Anexo IV – Termo de Referência;

Anexo V – Estudo Técnico Preliminar;

**17.15** – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Andrelândia/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bom Jardim de Minas/MG, 05 de dezembro de 2025.

Larissa Teodoro de Rezende

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025**

**CONCORRÊNCIA Nº 07/2025**

**ANEXO I**

**TERMO DE PERMISSÃO Nº \_\_\_\_/2025**

Termo de Permissão para exploração no Município de Bom Jardim de Minas dos serviços de transporte individual de passageiros- serviço de táxi.

O **MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS/MG** com sede na rua Av. Dom Silvério nº 170, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal José Francisco Matos e Silva, doravante denominado PERMITENTE, inscrito no CNPJ sob o nº 18.684.217/0001-23, e \_\_\_\_\_, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, com domicílio \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão) ajustam o presente TERMO DE PERMISSÃO nos termos das Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal 1.436/15, Decreto Municipal nº 500/2015 e suas alterações, de acordo com os termos do edital de licitação, modalidade Concorrência nº 07/2025, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pelo CONTRATADO datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**OBJETO**

1.1 - O objeto deste Termo de Permissão é a concessão uso do serviço de transporte individual de passageiros, serviço de táxi no município de Bom Jardim de Minas, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação e seus termos.

1.2- O permissionário fica autorizado a exploração do seguinte ponto:

LOTE	LOCAL	VAGAS
01	RODOVIÁRIA MUNICIPAL	04
02	CENTRO	05
03	DISTRITO DO TABOÃO	02

## **CLÁUSULA SEGUNDA DOS PRAZOS**

2.1. A exploração, objeto da Permissão, será outorgado ao vencedor da licitação pelo prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) anos.

2.1.1. O prazo da permissão iniciará com a assinatura deste Termo de Permissão.

## **CLÁUSULA TERCEIRA DA PERMISSÃO**

3.1 - A Permissão será concedida em caráter personalíssimo, inalienável, impenhorável, incomunicável.

3.2 – É vedada a transferência, a qualquer título, do ponto de serviço sob pena de revogação da Permissão.

## **CLÁUSULA QUARTA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

4.1 – É indispensável que na prestação de serviço sejam rigorosamente observados os requisitos de pontualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade, moralidade, higiene, cortesia e pessoalidade.

4.2 – O permissionário deverá utilizar para a execução do serviço veículo e equipamentos vinculados exclusivamente ao serviço objeto da contratação.

4.3 – O permissionário sempre que for exigido apresentará seu veículo para vistoria.

4.4 – Na hipótese de substituição do veículo, quando necessária, deverá ser previamente autorizada pela Secretária de Transportes, desde que por veículo de especificações iguais ou superiores às aquelas apresentadas na proposta técnica.

## **CLÁUSULA QUINTA DAS TARIFAS E DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS**

5.1 – O valor da tarifa, a ser cobrado do usuário pelo transporte efetuado será estabelecido pelos próprio Permissionários, de acordo com o art.13 da Lei Municipal 1.436/2015;

5.2 – Os usuários poderão pessoalmente, ou através de Associação regularmente constituída, apresentar reclamações ou sugestões à Secretaria de Transporte do Município.

## **CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO**

6.1 São obrigações do Permissionário:

6.2. Atender fielmente e na melhor forma os direitos e obrigações previstos no edital e seus anexos, bem como na legislação pertinente.

6.3. O permissionário para cumprimento de suas responsabilidades nesta permissão sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Legislação vigente deverá:

6.3.1. Apresentar veículo em conformidade às exigências do edital de licitação, atendendo os requisitos de segurança e conforto, e as normas técnicas aplicáveis, durante todo o período de vigência da permissão;

6.3.2. Prestar serviço adequado, na forma prevista no regulamento próprio integrante e conforme as normas técnicas e legais pertinentes;

6.3.3. Manter em ordem os seus registros e de seu veículo na Entidade Gestora de Transporte do Município de Bom Jardim de Minas e demais órgãos competentes;

6.3.4. Permitir o acesso à fiscalização nos veículos e equipamentos;

6.3.5. Cumprir e fazer cumprir os dispositivos normativos do serviço e as cláusulas contratuais, inclusive na execução das atividades executadas com terceiros;

6.3.6. Cumprir as determinações da Entidade Gestora de Transporte no Município de Bom Jardim de Minas para testes de novas tecnologias, equipamentos e na utilização de publicidade;

6.3.7. Não estabelecer qualquer vínculo entre terceiros e o Município, nos ajustes celebrados com aqueles;

6.3.8. Responder por todas as obrigações trabalhistas, civis e criminais, pelos danos a terceiros a que der causa;

6.3.9. Manter seguro do veículo contra riscos para o condutor para os passageiros, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório – DPVAT;

6.3.10. Satisfazer as exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito e legislação correlata;

6.3.11. Manter o veículo em bom estado de conservação e funcionamento;

6.3.12. Substituir o veículo que não passar na vistoria;

6.3.13. Manter o veículo equipado com itens obrigatórios, bem como de conforto e segurança pontuados na proposta técnica;

- 6.3.13.1. Extintor de incêndio com capacidade compatível, respeitado o modelo aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito;
- 6.3.13.2. Caixa luminosa com a palavra "TÁXI", fixada na parte externa do teto;
- 6.3.13.3. Cintos de segurança em perfeitas condições;
- 6.3.14. Manter no interior do veículo, em local de fácil acesso visual dos usuários:
  - 6.3.14.1. A identificação do permissionário;
  - 6.3.14.2. A tabela de tarifas em vigor;
  - 6.3.14.3. Aviso contendo a proibição de fumar;
  - 6.3.14.4. Exemplar da lei que regulamenta o serviço de táxi;
- 6.3.15. Manter as características do veículo destinado à prestação do Serviço de Táxi, de maneira que estas se compatibilizem sempre com as que se acham averbadas no Cadastro de Condutores;
- 6.3.16. Apresentar periodicamente seu veículo para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar as eventuais irregularidades no prazo que, para tanto lhe for assinalado;
- 6.3.17. Promover a devida manutenção do veículo e dos seus equipamentos, de modo que se apresentem sempre em adequadas condições de uso, de conservação e de funcionamento;
- 6.3.18. Fazer com que o seu veículo se apresente sempre com o conjunto de equipamentos e de documentos exigidos;
- 6.3.19. Apresentar o seu veículo sempre em perfeitas condições de utilização, de conforto, de segurança e higiene;
- 6.3.20. Cumprir rigorosamente as determinações do Município com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei e nas demais previsões legais aplicáveis;
- 6.3.21. Adotar providências eficazes, juntamente com os demais permissionários, no sentido de mater ininterrupta a prestação do Serviço de Táxi no Município, inclusive diligenciando medidas capazes de fazer com que no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, a frota de veículos em serviço seja, pelo menos, igual a 50% (cinquenta por cento) das permissões outorgadas;
- 6.3.22. Não ceder ou transferir, seja a que título for, a permissão outorgada ou a Licença para Trafegar.

6.3.23. Não paralisar, suspender ou prejudicar a regular prestação do Serviço de Táxi, só deixando de dirigir o seu veículo, em hipóteses de força maior ou de caso fortuito devidamente comprovado e aceitos pelo Município;

6.3.24. Fornecer obrigatoriamente recibo ao usuário do serviço de táxi;

6.3.25. Atender às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhes sejam correlatas, fornecendo estes dados, quando solicitados para fins de fiscalização;

6.3.26. Requerer autorização prévia para toda e qualquer alteração ou substituição de veículo;

6.3.27. Tratar com urbanidade e respeito o usuário do Serviço de Táxi, os demais permissionários e condutores, bem como os agentes do serviço público;

6.3.28. Trajar-se sempre adequadamente, respeitando os padrões que porventura venham a ser estabelecidos pelo Município;

6.3.29. Acatar de imediato e cumprir rigorosamente todas as determinações que lhes venham a ser exigidas pelos agentes administrativos no regular exercício de suas funções;

6.3.30. Indagar o destino desejado pelo passageiro somente quando este já estiver acomodado no interior do veículo, transportando-o pelo percurso viável mais curto, a menos que outro lhe seja solicitado;

6.3.31. Cobrar do usuário o valor efetivamente devido pelo serviço, de acordo a tabela de tarifas e nos demais atos administrativos para tanto editados;

6.3.32. Os permissionários poderão, a seu critério e conveniência, praticarem valores tarifários inferiores aos fixados.

6.3.33. Prestar os serviços somente com o veículo e seus equipamentos em perfeitas condições de conservação, funcionamento, segurança e higiene;

6.3.34. Portar sempre todos os documentos legalmente exigíveis, tanto os de natureza pessoal, quanto os que pertencem ao veículo e ao serviço;

6.3.35. não ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço ou na iminência de iniciá-lo;

6.3.36. Abster-se de lavar o veículo nos pontos de serviço;

6.3.37. Não dormir no ponto de serviço, nem dele se ausentar ou se distanciar quando o seu veículo ali estiver estacionado;

6.3.38. Respeitar a sequência dos veículos parados no ponto de serviço, não tomando a vez e vaga de quem nele se encontra estacionado há mais tempo;

6.3.39. Não efetuar serviço de transporte coletivo (locação) sem estar, para tanto, prévia e formalmente autorizado;

6.3.40. Não efetuar o transporte de usuários em número que supere a capacidade de passageiros prevista para o veículo;

6.3.41. Não confiar a direção do veículo a terceiros não autorizados;

6.3.42. Não se recusar à prestação do serviço solicitado por usuário, ressalvada a hipótese de motivo justificável e que deverá, de imediato, ser comunicado.

6.3.43. Os motoristas permissionários dos veículos de serviço de táxi deverão ainda:

6.3.43.1. Ter cartão de visita personalizado;

6.3.43.2. Ter blocos de recibo tipograficamente impressos com o nome do permissionário em primeiro plano;

6.3.43.3. Nos blocos de recibo deverão constar o número do permissionário, o preço cobrado, o início e o final do percurso e a data.

6.3.44. Será obrigatório o uso permanente do CIV (Cartão de Identificação do Veículo), a ser fixado do lado direito do painel, em local visível ao usuário, contendo os dados do veículo, e da CMT (Carteira de Motorista de Táxi), de acordo com as normas a serem estabelecidas pela Secretaria de Transporte.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DO DIREITO DO PERMISSIONÁRIO**

7.1 – O permissionário está desobrigado de transportar os passageiros que não se identificarem, no período que abrange as 22 (vinte e duas) horas de um dia até às 06 (seis) horas do dia seguinte.

7.2- O veículo de táxi poderá circular com publicidade desde que estritamente comercial.

7.3 – É facultado aos permissionários, com vistas à otimização da prestação do serviço de táxi, dotarem os seus veículos com sistema de radiocomunicação.

7.4 – Cada permissionário poderá ser auxiliado, no caso de incapacidade laboral temporária por motivo de doença, por um motorista, cujos direitos decorrentes da

relação de trabalho, se for o caso serão exclusivamente, de responsabilidade do permissionário.

7.5 - No caso do item anterior, deverá o permissionário registrar seu auxiliar junto à Secretaria de Transporte, apresentando no que couber, os documentos previstos nesta lei.

7.6 – Os permissionários que não providenciarem a matrícula de seu auxiliar, no prazo de 30 dias, terão revogadas as respectivas permissões para explorar o serviço.

7.7 – O permissionário poderá ser auxiliado, na hipótese prevista no 7.4, após sua incapacidade laboral temporária, por motivo de doença ter sido constatada por perito no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou por dois médicos indicados pelo Prefeito Municipal, dentre os quais um deve ser médico especialista na área pertinente à enfermidade indicada no requerimento formulado pelo permissionário para este fim, sendo a constatação por dois médicos dispensada.

## **CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

8.1 – O permitente através da Secretaria de Transporte, à medida que a reestruturação do sistema evoluir e o interesse público exigir, deverá:

- a) fixar normas regulamentares do serviço de forma atualizada;
- b) controlar e fiscalizar a operação dos serviços;
- c) realizar vistorias ordinárias ao final de cada semestre civil, ou extraordinariamente em qualquer época que julgar necessário, os veículos utilizados na prestação do serviço;
- d) fixar parâmetros e índices da planilha de custos e promover sua revisão sempre que necessário;
- e) proceder à revisão da estrutura tarifária;
- f) cadastrar o permissionário e veículos;

## **CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 – O permissionário submeterá seu veículo a vistorias periódicas e atenderá as convocações extraordinárias para vistoria, sempre que se fizer necessário, a critério da Secretaria de Administração e Secretaria de Transporte.

9.2 – O permitente poderá fiscalizar o veículo e a documentação do Permissionário em qualquer local e hora.

9.3 – O permissionário cumprirá, rigorosamente as normas de condutas estipuladas na Lei Municipal ° 1.059/2018, Código de Trânsito Brasileiro e na legislação complementar, em caso de infração, sujeitando-se às punições nelas previstas.

9.4- O permissionário que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade jurídica competente, terá sua permissão suspensa automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.

9.5 - O permissionário que na execução do serviço deixar de atender os requisitos contidos neste Termo de Permissão e no Edital de licitação, poderá ter sua permissão extinta.

9.6 – O permissionário que for punido nos termos desta cláusula, não fará jus a qualquer tipo de indenização.

9.7 – Em caso de infração, conforme a sua natureza serão aplicadas as sanções previstas na legislação pertinente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DA PENALIDADES**

10.1 – A inobservância das regras fixadas neste Termo de Permissão e demais normas aplicáveis, sujeitará o permissionário infrator às seguintes cominações:

- a) advertência escrita;
- b) multa;
- c) suspensão do exercício da atividade de condutor por até 90 (noventa) dias;
- d) suspensão da circulação do veículo por até 90 (noventa) dias;
- e) revogação da permissão;

10.2 – As penalidades mencionadas nesta cláusula serão aplicadas de forma gradativa, admitida a cumulação de qualquer delas com a de multa;

10.3 – A aplicação da pena de revogação da Permissão, impedirá o Permissionário durante o prazo de 60 (sessenta) meses de habilitar-se à nova permissão;

10.4 – As penalidades previstas nesta cláusula não se confundem com as previstas por outros textos legais, nem elidem quaisquer responsabilidades civis ou criminais.

10.5 - A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula dependerá em qualquer caso da observância dos procedimentos previstos na Legislação Municipal vigente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

11.1 – Extingue-se a permissão por:

- I – Advento do termo contratual;
- II – Caducidade;
- III – Rescisão;
- IV – Anulação;

11.1.1- Permissionário que comprovadamente se envolver com prática do turismo sexual, da prostituição infanto-juvenil e do comércio de drogas ilícitas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO**

12.1 – Fica eleito o foro da comarca de Andrelândia/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja como competente para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste instrumento.

E, por estarem justos e acordados as partes assinam o presente instrumento, digitado e impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, para um só efeito e para todos os fins de direito, na data adiante mencionada, juntamente com as testemunhas abaixo.

Bom Jardim de Minas/MG, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Município de Bom Jardim de Minas/MG  
PERMITENTE

PERMISSIONÁRIO

Testemunha  
CPF:

Testemunha  
CPF:

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025**

**CONCORRÊNCIA Nº 07/2025**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE  
PROFISSIONAL**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, sob as penas da lei que não sou ex-permissionário com permissão revogada nos últimos 60 (sessenta) meses.

Declaro ainda, que não sou servidor, agente político ou dirigente da administração pública municipal e que não exerço atividade que impeça o exercício pleno do serviço objeto deste edital.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura do licitante

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2025**

**CONCORRÊNCIA Nº 07/2025**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA**

....., inscrito(a) no CPF sob nº  
....., portador da identidade nº .....  
residente e domiciliado ..... , nº .....  
bairro ..... , cidade de ..... , telefone  
.....,estado.....,telefone(s).....  
....., e-mail para contato ..... , concordo  
com todas as normas contidas no Edital e apresento PROPOSTA TÉCNICA perante a  
Comissão Permanente de Licitação de acordo a concorrência 07/2025 que tem por  
objeto a outorga de permissão para exploração, no Município de Bom Jardim de Minas  
de 11 pontos de serviços de transporte individual de passageiros – serviços de táxi,  
conforme preenchimento abaixo:

**ITEM 1**

- ( ) Permissão para exploração dos serviços de TÁXI – ponto Rodoviária Municipal
- ( ) Permissão para exploração dos serviços de TÁXI – ponto Centro
- ( ) Permissão para exploração dos serviços de TÁXI – ponto Distrito do Taboão

**ITEM 2** - Ano de fabricação do veículo: .....

**ITEM 3** - Equipamentos de conforto e segurança que possuí no veículo:

- ( ) Veículo com ar condicionado
- ( ) Veículo com freios com sistema ABS
- ( ) Veículo com airbag duplo (passageiro e motorista)
- ( ) Veículo com bancos de couro

( ) Veículo com porta-malas de no mínimo 500 litros

**ITEM 4 - Tempo de habilitação:**

Ano de emissão da primeira CNH definitiva .....

**ITEM 5 – Tempo efetivo no exercício da atividade de taxista em Bom Jardim de Minas:**

( ) 12 a 24 meses

( ) 25 a 60 meses

( ) 61 a 100 meses

( ) 101 a 150 meses

( ) 151 ou mais meses

**ITEM 6 – Cursos que possui:**

( ) Curso de relações humanas

( ) Curso de direção defensiva

( ) Primeiros socorros

( ) Mecânica e elétrica básica

Bom Jardim de Minas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

.....  
(Assinatura do licitante)